

ESCOLA PÚBLICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Maria Aparecida Alves de Almeida¹
Izamara Braga de Abreu²

INTRODUÇÃO

Inicialmente cabe um esclarecimento sobre o que é denominado como público, de acordo com o Aurélio “1. Relativo ou destinado ao povo, à coletividade, ou ao governo dum país. 2. Que é do uso de todos, ou se realiza em presença de testemunhas.[...]” (FERREIRA,1910-1989, p. 567)

Vê-se, assim, que em uma sociedade capitalista como a nossa o padrão de qualidade é definido pela elite, (SAVIANI, 1984, p.14), portanto, pela minoria. Para explanar e compreender o sentido e significado de qualidade, segundo o dicionário “1. Propriedade, atributo ou condição das coisas ou das pessoas que as distingue das outras e lhes determina a natureza. 2. Superioridade, excelência de alguém ou de algo. 3. Dote, virtude. 4. Condição social, civil, jurídica, etc.[...]” (FERREIRA,1910-1989, p. 571). Diante disso, podemos considerar o conceito de qualidade total como amplo, pois, está relacionado com o agrado de todos que fazem parte da escola, conseqüentemente “qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio” (GENTILI, 1995, p.177).

Deste modo, a educação é vista como um dos mais importantes alvos, apesar da hierarquia de poder tornar muita gente superior e outros apenas sujeitos a receber ordens, a educação pode transformar uma sociedade e fazer com que as pessoas que tem acesso a ela de uma forma produtiva e a partir disso possam pensar por si só, sem ser influenciado, desenvolver forças para se tornar uma pessoa livre e lutar por uma condição melhor, conhecendo sua história de vida, a condição em que seu país se encontra e seus direitos, para assim, desempenhar um papel ativo e consciente na sociedade.

Assim, é essencial que todos tenham conhecimento de seus direitos, para ter condições de lutar por avanços que contribuam na melhoria da estrutura educacional pública, pois mesmo que seja obrigatoriedade do estado fornecer educação para todos, ainda existe a necessidade de desenvolver benefícios que possa contribuir na formação de todos e de forma igualitária.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para a realização da pesquisa, utilizamos análises de dados a partir de questionário com uma professora do Ensino Fundamental I, buscamos compreender a participação do governo para a implantação de melhorias na educação pública. Após a coleta de dados e leitura sobre o assunto procuramos identificar os desafios na educação existentes entre os anos

¹ Graduanda do curso de Pedagogia pela UFCG de cajazeiras. E-mail: aparecida2014.una@gmail.com

² Graduanda do curso de Pedagogia pela UFCG de cajazeiras: E-mail: izamaraabreu4@gmail.com

de 1932 até os dias de hoje. Verificamos a participação do professor na melhoria do ensino público e saber mais sobre a influência da sua base de formação nessa melhoria.

DESENVOLVIMENTO

A origem da escola pública no Brasil ocorreu por volta do século XIX, o objetivo era escolarizar a população mais carente do país, o que não acabou ocorrendo, pois só fizeram parte desse grupo aquelas pessoas que possuíam ligação com o trabalho urbano, deixando de fora os pobres, negros, setores que resolveram lutar por seus direitos.

Diante desse contexto que surge o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, a frente dessa luta por uma escola de direito de todos, totalmente nova e dever do estado, estão Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, “o objetivo do manifesto era reconstruir o sistema educacional, defendendo quatro princípios das demais instâncias sociais.” (SAVIANI, 2013, p. 245). Com isso o direito de todos terem acesso à escola pública estaria assegurado.

O Manifesto dos Pioneiros propôs em um dos seus tópicos a grande reforma da educação brasileira, segundo Azevedo “Em cada uma das reformas anteriores, em que impressiona vivamente a falta de uma visão global do problema educativo, a força inspiradora ou energia estimulante mudou apenas de forma, dando soluções diferentes aos mesmos problemas particulares.” (AZEVEDO, 2006, p.190), o objetivo era realizar uma reforma que abrangesse todos, modernizando o sistema educacional, garantindo uma educação gratuita e integral para todos.

Saviani traz a seguinte afirmação sobre o que estava proposto no documento, “nesse sentido o texto emerge como uma proposta de construção de um amplo e abrangente sistema nacional de educação pública abarcando desde a escola infantil até a formação dos grandes intelectuais pelo ensino universitário.” (SAVIANI, 2013, p.253), modificando assim uma educação que estava mais voltada para uma parte da população, a nova concepção de educação permitiria que cada pessoa teria oportunidade de estudar.

Cabe ao Estado, por meio de todos os seus poderes (executivo, legislativo e judiciário) e níveis da federação (União, Estados, Municípios), garantir a todos o direito a educação pública, esse direito está garantido e assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Está regulamentado na (LDB 9.394/1996, Art.4º) que a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade”, dividido em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, a lei também garante oportunidade de estudar para os que não tiveram acesso a escola na idade própria.

A LDB reforça em seu documento, princípios da educação nacional estabelecidos pela Constituição Federal (CF, Art.206, Inc. I a VII) tais princípios foram ampliados pela LDB (Art. 3º, Inc. I a XI). Dentre esses princípios está o princípio “I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, segundo Lecher tal ideal permite igualdade de direitos à educação e a todos os seus benefícios.

O processo pelo qual a educação passou até se tornar acessível a todos teve a colaboração de grandes nomes, que tinham como objetivo garantir uma educação de qualidade não só as classes dominantes. Nessa perspectiva, podemos perceber a construção do sistema educacional e a responsabilidade em atender a carência de escolarização da sociedade, sendo assim, surge também a necessidade de melhoria no ensino para acolher novas práticas pedagógicas e conhecer as dificuldades encontradas pelos (as) professores (as) diariamente em desenvolver uma aprendizagem de qualidade.

O trabalho docente é diversificado de educador para educador, cada profissional desenvolve sua prática de forma única, mas um fator importante para assegurar a realização dessa prática são as condições em que o profissional exerce seu trabalho. É natural que a sociedade e a região também influenciem bastante nessas condições para o trabalho docente, a desigualdade social provoca diferentes concepções de uma população sobre a vida. Assim como diz José Carlos Libâneo:

Tais condições não se reduzem ao estritamente “pedagógico”, já que a escola cumpre funções que lhe são dadas pela sociedade concreta que, por sua vez, apresenta-se como constituída por classes sociais com interesses antagônicos. A prática escolar, assim, tem atrás de si condicionantes sociopolíticos que configuram diferentes concepções de homem e de sociedade e, conseqüentemente, diferentes pressupostos sobre o papel da escola, aprendizagem, relações professor-aluno, técnicas pedagógicas etc. (LIBÂNEO, 1985, p.19)

Percebemos a partir das palavras do referido autor, as dificuldades que os (as) professores (as) sentem e a presença das restrições da condição docente, apesar do conhecimento ter como intuito construir um ser pensante essa descrição acaba sendo desviada a favor da sociedade de classes, temendo que todos possam ser conhecedores da realidade e parem de viver alienados e presos em uma sociedade repleta de hierarquizações de poder.

A reflexão crítica desenvolvida tanto no docente quanto com os alunos, provoca novas perspectivas de aprendizagem e promove um olhar crítico sobre a sociedade e a escola pública, tornando assim, seres mais ativos e participantes, que tem o conhecimento necessário para lutar por melhores condições na escola, em busca da melhoria do ensino e na estrutura da escola. Para isso é essencial a participação do (a) professor (a) e sua mediação na condução desse processo. A partir das palavras de PISTRÁK, consideramos que:

É preciso dizer francamente que, sem o auxílio dos adultos, as crianças podem, talvez, se organizarem sozinhas, mas são incapazes de formular e de desenvolver seus interesses sociais, isto é, são incapazes de desenvolver amplamente o que está na própria base da auto-organização. Acrescentaríamos que o pedagogo não deve ser estranho à vida das crianças, não se limitando a observá-la. Se fosse assim, de que adiantaria nossa presença na escola? Exclusivamente ao ensino? Mas, de outro lado, o pedagogo não deve se intrometer na vida das crianças, dirigindo-a completamente, esmagando-as com sua autoridade e poder. (PISTRÁK, 1981, p. 140)

Nessa perspectiva, é indispensável que o (a) professor (a) saiba a responsabilidade que tem em mãos, para que desse modo tenha consciência do seu poder e sua influência nessa mudança no processo educativo, que todos nós sejamos membros ativos da sociedade, independentemente do cenário em qual nos encontramos, para assim, pensar na educação e no bom funcionamento dela de acordo com as subjetividades de cada um, ou seja, contestar direitos e lutar por uma educação de qualidade.

Ao longo dos anos através de muitas lutas e mobilizações por uma escola pública de qualidade, foram elaboradas leis que reconhecem o Estado como responsável pela educação pública, o destino das verbas e sua gratuidade.

A LDB revela que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do

projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL 1996, p. 15)

Desta forma, acerca das diferentes mobilizações da sociedade por uma organização social que possibilite uma educação igualitária, percebemos que para o bom funcionamento é necessário a participação de profissionais da educação engajados e preparados, assim, consolidar uma proposta de ensino que dê ênfase as necessidades que cada instituição escolar passa, já que, a desigualdade é tão presente na nossa organização social e o estado tem o dever de atender a essas necessidades pelas quais passa a escola pública.

Diversas lutas em defesa da escola pública marcaram as décadas de 70 e 80 (OLIVEIRA, 2003), a partir disso, a busca e preocupação principal da educação centralizou-se na garantia de vagas para todos, sendo assim:

O ato educativo escolar se dá em um contexto de posições e disposições no espaço social (em conformidade com o acúmulo de capital econômico, social e cultural dos sujeitos-usuários da escola), de heterogeneidade e pluralidade sociocultural, de problemas sociais refletidos na escola, tais como: fracasso escolar, desvalorização social dos segmentos menos favorecidos, incluindo a auto-estima dos alunos, etc. (DOURADO, OLIVEIRA, SANTOS, 2007, p.14)

Percebe-se que surgiu a necessidade em garantir a permanência da educação pública e a concretização da escola como um lugar que além de permitir que a população tenha acesso gratuitamente, haja condições de transmitir também uma possibilidade de vida melhor para todos igualmente. Garantir que todos que já estão frequentando a escola consigam se manter nela tendo o apoio necessário e seja disponibilizado cada vez mais vagas para acolher e escolarizar da sociedade, sem distinguir classe social, apenas zelar pela permanência e escolaridade oferecida pelo poder público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As práticas desenvolvidas na escola são de total relevância na formação do aluno, mas a família também é importante nesse processo, assim, a aproximação de escola e da família é essencial, essa perspectiva de aproximar e integrar permite abordagens de aprendizagem que facilitaram a construção de conhecimento. No entanto, nem todos possuem as mesmas condições de vida, por isso essa participação dos pais raramente acontece, mesmo que seja de grande contribuição para o aprendizado do aluno.

Contudo, sabemos da luta constante que o (a) educador (a) trava na escola, a maneira como surge a necessidade de ter uma boa formação para saber lidar com todos os tipos de situações que podem ocorrer na sala de aula e também a influência da realidade social nas dificuldades que os alunos de escolas públicas enfrentam.

As relações sociais impõem determinadas finalidades para a educação, transformando cada vez mais frequente a desigualdade social. A escola pública acaba sendo o reflexo dessa desigualdade, até mesmo pelos recursos que são disponibilizados para o seu funcionamento. Isso acaba transferindo para o (a) educador (a) a responsabilidade de desenvolver ou improvisar determinados materiais necessários para que sua aula possa acontecer como planejado.

Com base nisso, percebe-se o dever que os profissionais têm em estar sempre em busca de novos saberes e construindo uma educação de qualidade sem se limitar ao pensamento e a mudança. Independentemente da idade é importante que se possam acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade e aplicar de forma produtiva ao ensino, com isso, as novas oportunidades de ensino e aprendizagem surgem e a produção de conhecimento evolui, construindo novas possibilidades de se trabalhar em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi mencionado, podemos perceber que a educação brasileira passou por um longo percurso até tornar-se pública e obrigatória para todos, e o quanto as desigualdades sociais interferem para uma educação de qualidade acessível. A preocupação e necessidade da disponibilização de recursos que possibilitem a permanência da população na escola pública, além de oferecer um ensino de qualidade.

Embora seja papel do Estado assegurar o direito à educação, foi possível perceber que as escolas públicas sofrem pela falta de materiais didáticos e suporte que são essenciais para a promoção de uma educação de qualidade, as desigualdades sociais presentes no dia a dia escolar também são prejudiciais.

Contudo, percebe-se a importância que o professor tem nesse processo, o quanto sua formação pode influenciar na aprendizagem de seus alunos, pois a educação está em constante construção, estamos sempre em busca da nossa identidade, assim, o educador deve sempre buscar novas informações e estratégias eficazes para trabalhar em sala de aula diante da grande diversidade de pessoas que lidamos diariamente, as relações igualitárias devem ser aprofundadas por meio do planejamento e da prática pedagógica.

Apesar das transformações que ocorreram no contexto educacional desde o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932), a aprovação da LBD (1961), as injustiças sociais ainda estão presentes na educação brasileira, cabe aos indivíduos trabalhar de forma que essas desigualdades sejam sanadas, trabalhando a realidade a qual estamos inseridos, desenvolvendo ações que tratem temas sociais e políticos, por exemplo.

Palavras-chave: Educação, Escola Pública, Qualidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando. **A reconstrução educacional no Brasil ao povo e ao governo: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.

BRASIL, Casa Civil, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Série Documental: Textos para Discussão, Brasília (DF), v. 24, n. 22, p.5-34, 2007.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GENTILI, Pablo, 1995. **O discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional**. In: GENTILI, Pablo e Tomaz Tadeu da Silva, orgs. 1995. Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. Petrópolis: Vozes.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 4ª ed. São Paulo: 1985.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.; **Educação escolar: políticas estrutura e organização**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, D. A; DUARTE, M. R. T. **Políticas e trabalho na escola administração dos sistemas públicos de educação básica**. In: OLIVEIRA, D. A. As reformas em curso nos sistemas públicos de educação básica: empregabilidade e equidade social. 3ª ed. Belo Horizonte: 2003.

PISTRAK, Moisey. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino Público e algumas falas sobre universidade**. 5ª ed. São Paulo: 1944.

SAVIANI, Dermerval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil** -4ª ed. -Campinas ,SP: Autores Associados, 2013.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação básica: política e gestão da escola**. Brasília: Liber Livro, 2009.